



Decálogo duma eu-thanasia, humana e espiritualmente, justa

**«Deixar morrer dignamente, não é matar,
mas ajudar a viver com dignidade
o momento e a forma de morrer».**

Juan Masiá sj

«Há que reconhecer às pessoas o direito de viverem dignamente o processo de morrer e a altura da sua morte»

«Há que aceitar a decisão autónoma da pessoa doente que opta por justos cuidados paliativos, incluindo a sedação terminal, quando objeto dum devido protocolo e consentida»

«Há que proteger as decisões autónomas e responsáveis de aceleração do processo de pôr fim à vida, assegurando que não se viole a dignidade e os direitos das pessoas doentes que tomem essa opção»

«É um exagero identificar o respeito pela dignidade com o prolongamento, a todo o custo, da vida biológica. É um exagero suspender os suportes vitais por motivos meramente económicos, ou outros interesses não confessáveis»

«Tomar decisões criativas acerca do fim da vida, não tem, necessariamente, de estar em contradição com a fé religiosa, se conseguirmos entender que o Criador criou criaturas criadoras, incumbindo-as de cocriarem, isto é, de cooperarem na criação e contínuo cuidado da vida»



1. A pessoa doente tem direito a que se respeite a sua dignidade, quando pede ajuda para viver dignamente a hora da sua morte.
2. **Há que reconhecer às pessoas o direito de viverem, dignamente, o processo de morrer e a altura da sua morte.**
3. Há que **acompanhar a pessoa doente moribunda**, atendendo, razoável e responsabilmente, aos seus pedidos de ajuda humana e espiritual, no sentido de viver dignamente o processo da sua morte.
4. Há que **aceitar a decisão autónoma da pessoa doente** que opta por justos cuidados paliativos, incluindo a sedação terminal, quando objeto dum devido protocolo e consentida.
5. Há que aceitar a decisão autónoma da pessoa doente que *opta pela recusa de cuidados sanitários fúteis, desproporcionados, ou muito caros*, sobretudo quando, apenas, servem para prolongar o processo da morte; (a opção de limitar o uso proporcionado dos meios de prolongamento da vida, incluindo a renúncia à alimentação e hidratação artificiais).
6. Há que **aceitar a decisão autónoma da pessoa doente** que solicita ajuda pessoal e social (sanitária, legal e psicológica, ou acompanhamento espiritual) para desencadear, duma forma responsável e justa, a aceleração direta e intencional do processo de morrer. Há que proteger os direitos, autonomia e dignidade da pessoa paciente, nos casos em que opte,

justificadamente, pela aceleração do processo de morrer que, pelo menos, seria de toda a conveniência despenalizar.

7. As opções acima mencionadas podem qualificar-se como eutanásia justa, ou ajuda a viver com dignidade o processo da própria morte.

Etimologicamente, eu-thanasia significa boa morte, viver com dignidade o processo de morrer. *Eu-thanasia* seria uma forma de designar a eutanásia justa. A eutanásia injusta seria, simplesmente, uma “má morte”.

8. A Ética cívica e a legislação democrática têm de garantir a segurança jurídica para a proteção da vida durante o processo de morrer:

A) *Face aos pedidos de ajuda no processo de morrer*: há que proteger a gradação no uso dos recursos paliativos, bem como o justo acesso aos mesmos; há que proteger a prática da moderação do esforço terapêutico (incluindo

a retirada da alimentação e hidratação artificiais).

B) *Face aos pedidos de ajuda para morrer em paz*: há que proteger o controlo prudente da sedação profunda em fase terminal; há que proteger as decisões autónomas e responsáveis de aceleração do processo de cessação da vida, assegurando a não violação da dignidade e dos direitos das pessoas pacientes que o solicitem (despenalização da aceleração assistida do processo de morrer).



9. Deixar morrer dignamente não é matar:

Deixar morrer dignamente não é matar, mas ajudar a viver com dignidade o momento e a forma de morrer. A pessoa tem direito a viver com dignidade, mesmo o momento da sua morte. É um exagero identificar o respeito pela dignidade com o prolongamento, a todo o custo, da vida biológica. **É um exagero suspender os suportes vitais por motivos meramente económicos, ou outros interesses não confessáveis**, ou por não reconhecer a dignidade da pessoa nesta situação. Uma boa morte, respeitando a dignidade da pessoa (que pode implicar, por vezes, o pedido de uma justa eutanásia), não deve ser confundida com uma eutanásia irresponsável. Uma eutanásia justa (cumpridas as condições de respeito pela dignidade e liberdade da pessoa) não se pode equiparar

com o homicídio, como também não pode nem deve chamar-se suicídio, quando se assume, responsável e livremente, a própria morte

10. Tomar decisões criativas acerca do fim da vida, não tem, necessariamente, de estar em contradição com a fé religiosa, se conseguirmos entender que o Criador criou criaturas criadoras, incumbindo-as de cocriarem, isto é, de cooperarem na criação e contínuo cuidado da vida. O que não significa absolutizar a manutenção, contra tudo e contra todos, da vida biológica, sem ter em conta as exigências da vida espiritual, destinada a transformar-se em vida eterna, no seio da Vida da vida.

Juan Masiá Clavel sj.

Teólogo, professor e escritor jesuíta espanhol

https://www.religiondigital.org/convivencia_de_religiones/Acompanar-dignamente-vida-doliente-morir_7_2203349653.html

Andres Torres Queiruga:

“a eutanásia, problema humano”



“Utilizar a eutanásia para qualquer outra finalidade que não seja aquela para que aponta a sua etimologia (ajudar a “bem morrer”), é uma indignidade humana, quer o façamos por ortodoxia religiosa, ou para proceder de acordo com um programa partidário”.

“A eutanásia não é, antes de mais nada, um problema religioso mas antes, um problema moral: procurar quais os recursos médicos, as leis civis, as ajudas pessoais que mais se adequam ao objetivo de ajudar a pessoa a enfrentar, dignamente, a sua morte”.

“Hoje em dia, a religião deve reconhecer que, a nível moral, não tem nem mais nem menos direito que as restantes instituições a participar no diálogo”.

“O papel da Igreja é transmitir confiança, anunciando a segurança de um Deus Abbá, “pai-mãe”, que envolve a nossa vida com um amor mais poderoso do que a morte, capaz de nos salvar e de nos encher de uma esperança que vai contra toda a esperança”.

Karl Jaspers falou, com profundidade, das “situações limite”. Elas definem o que é mais específico do ser humano, e não podemos alterá-las, mas apenas esforçar-nos por as gerir da melhor maneira possível. Nascer, termos nascido, é uma delas. A morte é outra, a última; nalguns aspetos, a mais delicada. Desde que existe humanidade que ela surge rodeada de um profundo respeito, por veneração, por medo ou esperança. Hoje em dia, para muitos, o medo transforma-a num tabu. A eutanásia, vem fazê-la, por via indireta, objeto de publicidade, expondo-a a ser utilizada para fins espúrios, pervertendo o seu significado.

Utilizar a eutanásia para qualquer outra finalidade que não seja aquela

para que aponta a sua etimologia (ajudar a “bem morrer”), é uma indignidade humana, quer o façamos por ortodoxia religiosa, ou para proceder de acordo com um programa partidário. Como também seria intelectualmente miserável resolvê-la à base de tópicos: a esquerda contra a direita, ou o laicismo contra a Igreja. Há muito tempo que estas tentações contaminam o meio ambiente. Há, apenas, uma coisa digna e inteligente: procurar tudo o que possamos considerar melhor para ajudar as pessoas nesta difícil situação.

Daí uma primeira necessidade: **dignificar a discussão pública com diálogos honestos e uma informação fidedigna;** mostrar a seriedade suprema deste tema, evitando cair em tópicos fáceis ou, pior ainda, criar um ambiente “tanatófilo” que torne a morte uma questão trivial e, porventura, promova, de forma irresponsável, essa letal tendência para o suicídio que se apresenta como um praga tão terrível como dissimulada.

Trata-se, insisto, de uma pergunta radicalmente humana, anterior a toda a divisão partidária, de credo, ou de ideologia. Não sou nem moralista especializado nesta casuística específica, nem médico capaz de calibrar o modo ou o efeito dos diversos medicamentos. Partindo duma perspetiva teológica, interessa-me insistir no facto de **a eutanásia não ser antes, de mais nada, um problema religioso, mas antes, um problema moral: procurar quais os recursos médicos, as leis civis, as ajudas pessoais que mais se adequam ao objetivo de ajudar a pessoa a enfrentar, dignamente, a sua morte”.**

A resposta não vem escrita na Bíblia, mas alcança-se, de facto, examinando, com todos os implicados, os processos psíquicos, as relações familiares as consequências sociais da decisão que se vier a tomar. Muito menos se encontra nos slogans que, com um apriorismo dogmático, repetem como evidente, a identificação de “morte

digna” com eutanásia ativa ou suicídio assistido.

Antes de mais, há que pressupor a honestidade dos outros, respeitando o princípio que deve presidir ao diálogo, de que todos os pontos de vista sérios andam em busca de uma morte digna, e desejam encontrar a melhor maneira de a conseguir.

Mais concretamente, penso que há dois extremos a evitar. Por seu lado, a religião deve reconhecer que, **hoje em dia, a nível moral, ela não tem nem mais nem menos direito do que quaisquer outros interlocutores, a participar no diálogo**, e que, como disse Habermas, deve traduzir e apresentar, nesse sentido moral, as razões que possam

admirar-lhe da sua rica herança tradicional. Os outros interlocutores devem, portanto, respeitar essas razões; não as que, com uma audácia estranhamente ignorante, muitas vezes se lhe atribuem (a este propósito deveria ler-se, por exemplo, o documento da Conferência Episcopal Espanhola, “*Semeadores de Esperança*”, 2019)

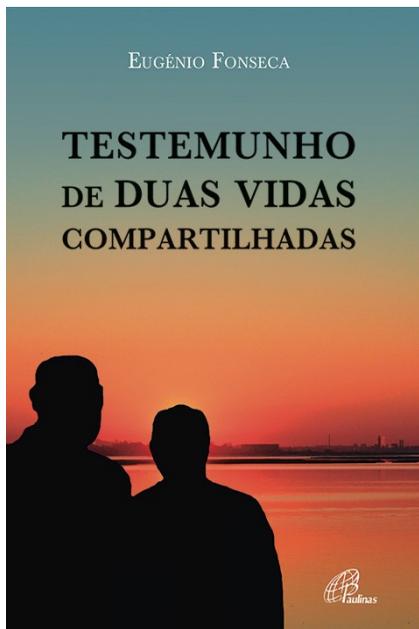
Qual é então o papel da religião neste problema? Penso que o seu papel não é nem mais nem menos do que centrar-se na sua função específica. Esclarecerei isto com um exemplo. Quando, ao falar sobre este tema, no número 106 da revista *Encruzilhada*, afirmei: “**o que é bom para Ramón Sampedro, é bom para Deus**”, afirmei algo que é evangelicamente axiomático, mas que a muitos escandalizou. A um amigo que me criticava, refletindo um parecer oficial, respondi: porventura o que é bom para ti não é bom, também, para a tua mãe? Se alguma coisa Jesus de Nazaré nos ensinou foi, precisamente, o seguinte: a única coisa que Deus busca é o bem das suas criaturas, o nosso bem. O problema está no facto de, por respeito e para não anular a nossa autonomia, Deus ter de deixar ao nosso cuidado a tarefa de encontrar o caminho e a decisão de seguir por ele.

Num passado pré-moderno, compreendia-se que a Igreja pensasse que tudo vinha já determinado na Bíblia, e que, portanto, ela dispunha, a priori, de respostas para qualquer caso novo que surgisse. Hoje, compreendemos que, com o Evangelho na mão, o seu autêntico papel consiste, por um lado, em apelar com urgência ao cumprimento das normas que todos achemos as melhores; e, por outro, e sobretudo, **em transmitir confiança, anunciando a segurança de um Deus Abbá, “pai-mãe”, que envolve a nossa vida com um amor mais poderoso do que a morte, capaz de nos salvar, e de nos encher de uma esperança que vai contra toda a esperança.**

16.02.2020 | ANDRÉS TORRES QUEIRUGA

Traduzido do galego, de *La Voz de Galicia*, 14/02/2020.

Livro



Na foto da capa, o autor e D. Manuel Martins junto do rio Sado, em Setúbal.

EUGÉNIO FONSECA, presidente da *Cáritas Portuguesa*, revela algumas das vivências, talvez pouco conhecidas até agora, que partilhou ao longo dos 42 anos de amizade e colaboração com o primeiro Bispo de Setúbal, **D. MANUEL MARTINS**, personalidade emblemática da sociedade portuguesa contemporânea. «Senti que a história precisava delas, por já ter sido amputada, por não ser o próprio a escrevê-las, pois seriam mais completas e enriquecidas», sublinha o autor.

No prefácio, o general **Ramalho Eanes** evoca a relação de Santa Madre Teresa de Calcutá com D. Manuel Martins, e recorda o seu papel, determinante, quando, na península de Setúbal, **«a crise económica e a falta de resposta do poder político atropelaram a verdadeira liberdade de muitos, esmagaram, com o desemprego e os salários em atraso, a sua dignidade, fragilizaram a própria solidariedade»**. **«Conseguiu, D. Manuel Martins, ter uma vida cheia, uma vida boa, porque constitui verdadeira referência inspiradora de todos quantos, genuinamente, se preocupam com a dignidade “de todos os homens e do Homem todo”»**.



TESTEMUNHO DE DUAS VIDAS COMPARTILHADAS

Autor(a): Eugénio Fonseca / Editora: Paulinas / Preço: €13,00